

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

*Canoeiro do Estado*

Class.:

Data:

*08.06.84*

Pg.:

Editorial

*4468*  
**Deixar como está para ver como fica**

O caso (chocante) da Reserva Caduveo, com a homologação, feita pelo Presidente, da famigerada medição, na qual simplesmente ficou o Estado de Mato Grosso do Sul esbulhado de uma área de mais de 165.000 hectares, não está morto e acabado como pretende a FUNAI.

A Terrasul vem lutando bravamente para que tudo volte à estaca zero e para isso organizou um memorial em que a questão está retratada de todos os ângulos e prova a alegada falsidade dos direitos dos índios (aliás, da FUNAI) a esse excedente de área.

Em consequência dos recursos judiciais interpostos pelos proprietários legítimos, os quais, sem qualquer modalidade de indenização, se viram esbulhados de um direito adquirido (um direito que já lhe custara trabalhos e sacrifícios), a FUNAI ainda não pôde ocupar nova área da reserva. Entretanto, segundo se depreende das declarações do Diretor da FUNAI; a simples homologação do Presidente encerraria a questão e a transformaria em ato consumado.

Não podemos acreditar que o Governo do Estado se conforme com essa situação, que constringe a população e prejudica materialmente nosso Estado. Se a medição está errada, não há porque aceitá-la, mesmo que tenhamos que recorrer até ao papa! E os 165.511 hectares de terras excelentes de que nos querem esbulhar poderiam muito bem solucionar a questão de milhares de agricultores sem terra, inclusive a desses gaiatos de Santa Idalina, que não aceitam identificar-se através de cadastro e ocupam uma das nossas praças.

Se há um ponto em que o Governo deve insistir junto ao ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, é esse, para

mostrar-lhe o absurdo da demarcação e a temerária e inconsequente decisão presidencial de homologá-la.

Não é justo nem lógico que dezenas de proprietários venham a perder seus direitos para que as terras da Reserva sejam alargadas para uma área tão grande. Se o próprio governador acredita que uma área de 5 hectares de terras boas seja suficiente para uma família sobreviver e os 1.000 Caduveo já contam com mais de 350 hectares por pessoa, cujos direitos lhe são confirmados e reconhecidos há mais de 70 anos, por que elevar gratuitamente a área da Reserva em mais de 165 mil hectares de terras boas, onde, na base do cálculo do governador, poderiam sobreviver pelo menos 35.000 famílias mais?

Nunca é demais ventilar um problema dessa profundidade. Devemos pôr especial empenho em resolver a questão como de direito. E não será a simples homologação, pelo nosso Presidente, de alguma coisa provavelmente errada que nos deve levar a uma passiva atitude de aceitação, imprópria de alguém, como o governador, que sabe o que quer e para onde vai.

Se certa vez, na história, um Imperador foi a Canossa penitenciar-se e retratar-se de um erro; se Wilson, com o mesmo espírito, desceu à praça Presidente Geisel para dialogar com os posseiros invasores (que se refestelam, em barracas de lona, em plena praça pública, transformando-a em habitações promíscuas e palco de um caricato e inútil protesto), por que não procurar chegar até o Presidente e buscar uma reconsideração, na qual ele se mostrasse convencido do erro da homologação? E por que, na hipótese de não conseguir convencê-lo, não esgotar todas as medidas tendentes a anular essa infeliz solução?

Esse é um objetivo pelo qual todas as classes políticas deveriam juntar-se para lutar pelos direitos de nosso Estado.